



# Câmara Municipal de Ubá

## ESTADO DE MINAS GERAIS

REQUERIMENTO N.º 014/2021

Senhor José Roberto Reis Filgueiras  
Presidente da Câmara Municipal de Ubá  
Nesta.

Senhor Presidente,

Os vereadores que abaixo assinam requerem, na forma regimental e após a devida aprovação plenária, que seja feita alteração na Portaria nº 11/2021, de forma a permitir que o protocolo de proposições, além da forma presencial já prevista no dispositivo, também possa ser encaminhado ao setor responsável através do e-mail institucional dos senhores vereadores, de forma a otimizar os trabalhos.

Assim, na expectativa de contar com o apoio dos nobres pares, firmam.

Plenário "Vereador Lincoln Rodrigues Costa", da Câmara Municipal de Ubá, aos 08 dias de fevereiro de 2021.

**VEREADOR JOSÉ CARLOS REIS PEREIRA**

(José Carlos do Sindicato)

**VEREADOR JOSÉ DAMATO NETO**

(Professor José Damato)

**VEREADORA JANE CRISTINA LACERDA PINTO**

**VEREADOR CELIO LOPES DOS SANTOS**

### VOTAÇÃO:

☒ Aprovado ☐ Rejeitado

Por: Unanimidade

Em: 08/02/2021

  
Vereador José Roberto Reis Filgueiras  
Presidente da Câmara  
Vereadora Aline Moreira Silva Melo  
1ª Secretária

### ENCAMINHAMENTO:

Of.CMU. Interma

Em: 09/02/2021



# CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

## ESTADO DE MINAS GERAIS

**REQUERIMENTO Nº 14/2021**

**ORIGEM: VEREADORES JOSÉ CARLOS REIS PEREIRA, JOSÉ DAMATO NETO, JANE CRISTINA LACERDA PINTO E CÉLIO LOPES DOS SANTOS**

**DESTINO: Presidente da Câmara Municipal de Ubá – JOSÉ ROBERTO REIS FILGUEIRAS**

**ASSUNTO: Alteração na Portaria nº 011/2021, de forma a permitir que o protocolo de proposições também possa ser encaminhado ao setor responsável através de e-mail institucional.**

### PARECER JURÍDICO

Trata-se de parecer jurídico solicitado para opinar acerca da alteração da Portaria nº 011/2021, requerida pelos vereadores supramencionados, com o objetivo de permitir que os envios de protocolos das proposições possam ser realizados via e-mail institucional, além, é claro, da forma presencial já utilizada.

Os requerentes afirmam que essa seria uma forma de otimizar os trabalhos.

Feito o relatório, passo a opinar.

Primeiramente, importante elucidar a *natureza jurídica da portaria*. A portaria é espécie de ato administrativo ordinatório, isto é, desdobra-se de manifestações internas decorrentes do poder hierárquico disciplinando o funcionamento de órgãos e a conduta de agentes públicos. Em âmbito do poder legislativo, é inserida na competência *administrativa* do Presidente da Câmara, bem como Secretário, Mesa-Diretora e outras autoridades da edilidade, para disciplinar *assuntos administrativos internos*. Trata-se de norma secundária, por originar de fontes legislativas primárias.

Portanto, a espécie normativa utilizada para disciplinar a forma de entrega de protocolos das proposições desta Casa está em consonância com os preceitos de Direito Administrativo.

Ao analisar o mérito do presente requerimento, foram consideradas as justificativas para a adoção das regras atuais. Foi informado tanto por servidores quanto vereadores reeleitos que quando era permitido o envio por e-mail, algumas situações





## CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ ESTADO DE MINAS GERAIS

conflitantes ocorreram, pois, enquanto um vereador utilizava a forma online, outro, simultaneamente comparecia à instituição e realizava o protocolo de proposição semelhante.

Portanto, a fim de evitar a discórdia dos parlamentares entre si e dos mesmos com os respectivos servidores, optou o Presidente desta Casa pela padronização quanto à forma de confecção e entrega dos mesmos.

O objetivo da portaria, ao definir que os protocolos devem ser entregues presencialmente pelo vereador, além de manter uma convivência harmônica entre os pares, é a de estimular a presença dos vereadores nas dependências institucionais. Isso porque o exercício da vereança é presencial, se não o fosse, não seria necessário que cada vereador tivesse seu próprio gabinete.

Além disso, foi exposto como justificativa da Portaria nº 011/2021:

*“Necessidade de resguardar a identidade de cada um dos membros eleitos e empossados dessa casa, não permitindo que terceiro possa causar prejuízos ou macular a imagem dos Edis; (g.n)*

*A extrema importância dos documentos aqui tratados, tanto para população quanto para os próprios vereadores, exige rigor no processo de recepção destes, por ser de conhecimento geral que endereços eletrônicos (E-mail's) podem ser invadidos e/ou fraudados, bem como pelo fato de esta instituição ainda não contar com sistema de chave digital, que garanta acesso on line restrito, individual e identificado a cada um dos vereadores, faz-se necessário a entrega dos documentos impressos ou por meio de memória secundária. (g.n)*

Contudo, se for vontade da maioria que as atividades parlamentares sejam realizadas eletronicamente, poderá a Mesa Diretora, por meio de um projeto de Resolução instituir o processo judicial eletrônico no âmbito da Câmara Municipal de Ubá, com a regulamentação do uso das ferramentas tecnológicas, inclusive de certificados e assinaturas digitais. Essa é a forma que traria viabilidade aos envios das proposições por e-mail com legitimidade e segurança.



## CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ ESTADO DE MINAS GERAIS

*Ante o exposto, concluo pela emissão de parecer desfavorável entendendo não haver razões jurídicas para a alteração da Portaria 011/2021.*

No mais, esta procuradora se coloca à disposição para mais esclarecimentos.  
Sem mais justificativas, salvo melhor juízo, é o parecer.

Ubá, 17 de fevereiro de 2021.

*Juliana Jacob*  
**Dra. Juliana Jacob**  
OAB/MG 148.852  
PROCURADORA GERAL DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ